

**BERNARDO
GONÇALVES
FERNANDES**

CURSO DE
DIREITO CONSTITUCIONAL

2020



EDITORA
*Jus*PODIVM

www.editorajuspodivm.com.br

12^a revista
edição atualizada
ampliada



www.editorajuspodivm.com.br

1169535

Rua Território Rio Branco, 87 – Pituba – CEP: 41830-530 – Salvador – Bahia
Tel: (71) 3045.9051
• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

Copyright: Edições JusPODIVM

Conselho Editorial: Eduardo Viana Portela Neves, Dirley da Cunha Jr., Leonardo de Medeiros Garcia, Fredie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robério Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

Diagramação: Ana Paula Lopes Corrêa (aninha_lopescorreia@hotmail.com)

Capa: Ana Caquetti

F363c Fernandes, Bernardo Gonçalves.
Curso de Direito Constitucional / Bernardo Gonçalves Fernandes – 12. ed. rev., atual. e ampl. – Salvador: Ed. JusPodivm, 2020.
2.208 p.

Bibliografia.
ISBN 978-85-442-3469-3.

1. Direito Constitucional. I. Fernandes, Bernardo Gonçalves. II. Título.

CDD 341.5

Todos os direitos desta edição reservados à Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e da Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

Sumário

PARTE 1

TEORIA DA CONSTITUIÇÃO

1

CONCEITO E CLASSIFICAÇÕES DAS CONSTITUIÇÕES.....	31
1. O que é uma Constituição? Conceito de Constituição e constitucionalismo. Uma advertência inicial.....	32
2. Um ponto de partida: o conceito histórico-universal e a primeira definição de Constituição: a Constituição material como Constituição real.....	33
2.1. A Constituição material e o seu sentido jurídico-normativo. O movimento do Constitucionalismo na Inglaterra do século XVII. A definição de Constitucionalismo...	35
2.2. O surgimento das Constituições formais no movimento do constitucionalismo. A Constituição (moderna) como a ordenação sistemática e racional da comunidade política, plasmada em um documento escrito	37
2.3. Mas o que acontece com a Constituição material? Ela deixa de existir juridicamente com o surgimento das Constituições formais?	39
2.4. A Constituição formal e a sua relação com a constituição material no decorrer do tempo. Uma rápida advertência!	40
2.5. Última digressão: o que é mesmo a Constituição formal? A definição de supralegalidade desenvolvida e explicitada nos EUA no começo do século XIX.....	40
3. Classificações das Constituições: teorias tradicionais e usuais na doutrina pátria	42
4. Classificação ontológica (ou essencialista) das Constituições de Karl Löewenstein	54
5. Reflexões sobre as classificações tradicionais; o conceito de bloco de constitucionalidade; e o entendimento sobre a denominação intitulada de Neoconstitucionalismo	57
6. Última digressão sobre a classificação das Constituições. O nosso ponto de vista (que nós defendemos e não apenas descrevemos): a classificação paradigmática das Constituições, com base na teoria discursiva da Constituição de Jürgen Habermas: uma abordagem crítico-reflexiva das Constituições Clássicas (Estado Liberal), Sociais (Estado Social) e de Estado Democrático de Direito	68
7. Sentidos ou concepções do termo Constituição: sentidos clássicos e contemporâneos	76
7.1. A Constituição dirigente de J. J. Gomes Canotilho: o debate sobre a constituição dirigente e o constitucionalismo moralmente reflexivo	81
7.2. A Constituição para a Teoria dos Sistemas de Niklas Luhmann	85
7.3. A Constituição na Teoria Discursiva do Direito e do Estado Democrático de Direito de Jürgen Habermas	87
7.4. O Constitucionalismo Abusivo de David Landau.....	91
7.5. A sociedade aberta de intérpretes da Constituição de Peter Häberle: Constituição como cultura e processo público.....	92
7.6. A força normativa da Constituição e a Constituição aberta de Konrad Hesse	95
7.7. A Constituição simbólica de Marcelo Neves e as digressões sobre o transconstitucionalismo (Tese do Transconstitucionalismo)	97
7.8. O conceito pluridimensional de Constituição de José Adércio Leite Sampaio.....	106

7.9. O (novo) Constitucionalismo plurinacional da América Latina e a sua ruptura paradigmática	107
8. Classificação quanto à aplicabilidade das Normas Constitucionais: Teoria de José Afonso da Silva.....	111
9. Classificação quanto à aplicabilidade das normas constitucionais de Carlos Ayres Britto e Celso Ribeiro Bastos	118
10. Classificação quanto à aplicabilidade das normas constitucionais de Maria Helena Diniz ...	119
11. Classificação quanto à aplicabilidade das normas constitucionais de Luís Roberto Barroso.....	120
12. Classificação trabalhada por Uadi Lammêgo Bulos das normas constitucionais de eficácia exaurida.....	120
13. Estrutura e Elementos das Constituições.....	120

2

PODER CONSTITUINTE.....	125
1. Introdução	125
1.1. Um conceito preliminar de Poder Constituinte	125
1.2. Revelar, dizer ou criar uma Constituição?	126
2. Três Leituras Concorrentes no Discurso Jurídico Atual	127
3. Poder Constituinte Originário	129
3.1. Conceito e natureza jurídica	129
3.2. Classificação	131
3.3. Características do Poder Constituinte Originário.....	132
3.4. Titularidade do Poder Constituinte Originário.....	135
3.5. Poder Constituinte Originário e direitos adquiridos	137
3.6. Dinâmica constitucional	138
4. Poder Constituinte Derivado de Reforma da Constituição: Espécies e Limitações	142
4.1. Análise específica do Poder Constituinte derivado de revisão da Constituição.....	145
4.2. Análise específica do Poder Constituinte derivado de reforma via emendas.....	146
5. Poder Constituinte (Derivado) Decorrente: Espécies, Caracteres e Limitações.....	157
6. Poder Constituinte e Patriotismo Constitucional: Uma Releitura Contemporânea e Sofisticada da Teoria do Poder Constituinte.....	160

3

HERMENÊUTICA E HERMENÊUTICA CONSTITUCIONAL	167
1. Da Hermenêutica Filosófica à Hermenêutica Jurídica.....	167
1.1. Esclarecimentos iniciais: hermenêutica x interpretação.....	167
1.2. O desenvolvimento histórico da Hermenêutica: do movimento protestante ao giro hermenêutico e linguístico.....	169
1.2.1. A Hermenêutica clássica	169
1.2.2. A Hermenêutica no movimento do giro hermenêutico e do giro linguístico ...	174
1.3. A Hermenêutica na Ciência Jurídica: do século XVIII ao século XX (ou do Estado Liberal ao Estado Social)	178
1.3.1. Uma disputa inicial: <i>voluntas legislatoris</i> x <i>voluntas legis</i>	178
1.3.2. Os métodos clássicos de interpretação	181
1.3.3. A interpretação do Direito na Teoria Pura de Kelsen	184
1.3.4. O Positivismo jurídico atual: Positivismo Exclusivista e Inclusivista e o Não Positivismo	187

SUMÁRIO

2.	A Hermenêutica Constitucional.....	191
2.1.	A Hermenêutica Jurídica na era da Hermenêutica Constitucional.....	191
2.2.	Métodos de interpretação constitucional	199
2.3.	O debate no Direito Constitucional norte-americano: para além do debate entre interpretativistas e não interpretativistas: R. Dworkin, J. H. Ely, C. Sunstein, A. Vermeule, M. Tushnet, B. Friedman, Robert Post e Reva Siegel, J. Waldron, L. Tribe, R. Posner e M. Sandel.....	206
2.3.1.	Introdução	206
2.3.2.	Ronald Dworkin e a Teoria da Integridade.....	208
2.3.3.	John Hart Ely e sua concepção procedimental de democracia	210
2.3.4.	Cass R. Sunstein: minimalismo judicial e as personas constitucionais.....	212
2.3.5.	Adrian Vermeule e a virada institucional	220
2.3.6.	Mark Tushnet e o Constitucionalismo popular	224
2.3.7.	Barry Friedman e o constitucionalismo popular mediado: levando a Constituição para além das Cortes	226
2.3.8.	O Constitucionalismo Democrático da Escola de Yale: Robert Post e Reva Siegel. A análise do efeito Backlash.....	232
2.3.9.	Jeremy Waldron e sua crítica ao judicial review.....	249
2.3.10.	Laurence Tribe: Constitucional choices	253
2.3.11.	Richard Posner: a análise econômica do direito e o movimento antiteórico .	255
2.3.12.	Michael Sandel e sua Filosofia Política: Justice	260
2.4.	A Hermenêutica Constitucional no paradigma do Estado Democrático de Direito: a ponderação de princípios por meio da técnica da proporcionalidade.....	264
2.4.1.	Considerações iniciais.....	264
2.4.2.	Princípios e regras	265
2.4.3.	A Teoria dos princípios de Humberto Ávila e suas contribuições para a derrotabilidade	270
2.4.4.	Proporcionalidade x Razoabilidade	275
2.4.5.	A estrutura “racional” da proporcionalidade	277
2.4.6.	A distinção das teorias de Alexy (ponderação de princípios pela proporcionalidade) e Dworkin (integridade do direito)	282
2.4.7.	A racionalidade das decisões judiciais: uma apreciação crítica à luz da teoria discursiva do direito e da democracia de Jürgen Habermas	285
2.4.8.	A Hermenêutica Jurídica na Doutrina pátria: as contribuições de Lenio Streck em “Verdade e Consenso”	287

4

HISTÓRICO DAS CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS	295
1. Introdução: advertência	295
2. Antecedentes históricos do nosso constitucionalismo.....	296
3. A Constituição do Império de 1824	296
4. A Constituição da República de 1891	299
5. A Constituição de 1934.....	303
6. A Constituição de 1937.....	306
7. A Constituição de 1946.....	309
8. A Constituição de 1967.....	313
9. A Constituição de 1969 (EC nº 01/69).....	315
10. A Constituição de 1988.....	316

PARTE 2

DIREITO CONSTITUCIONAL

5

PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS (ESTRUTURANTES) DA CONSTITUIÇÃO DE 1988.... 323

1.	Introdução	323
2.	A noção de Princípios Jurídicos e sua reconstrução a partir do movimento do pós-positivismo	323
3.	Classificação dos Princípios Estruturantes.....	328
4.	Princípio Republicano	329
5.	Princípio do Estado Democrático de Direito.....	330
5.1.	Introdução: a conexão interna entre Direito e Democracia	330
5.2.	Estado de Direito	331
5.3.	Democracia.....	333
6.	Princípio Federativo.....	337
7.	Princípio da Separação de Poderes.....	338
8.	Fundamentos do Estado brasileiro	342
8.1.	Introdução.....	342
8.2.	Soberania	343
8.3.	Cidadania	344
8.4.	Dignidade Humana.....	345
8.5.	Valores Sociais do Trabalho e da Livre Iniciativa	352
8.6.	Pluralismo Político.....	355
9.	Princípios que fixam os objetivos primordiais a serem perseguidos pela CR/88	356
10.	Princípios que traçam diretrizes a serem adotadas nas relações internacionais	357

6

TEORIA GERAL DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS 359

1.	O que são direitos fundamentais?	359
1.1.	Introdução: Direitos Humanos e Direitos Fundamentais.....	359
1.2.	As dimensões subjetiva e objetiva dos direitos fundamentais	362
1.3.	Classificação dos direitos fundamentais: constitucional-literal.....	363
1.4.	Classificação dos direitos fundamentais: Gerações de direitos fundamentais	365
1.5.	Direitos Fundamentais e suas funções: Uma análise introdutória	372
1.6.	Direitos Fundamentais como direitos de defesa	374
1.7.	Direitos Fundamentais como normas de proteção de institutos jurídicos	376
1.8.	Direitos Fundamentais como garantias positivas para o exercício das liberdades.....	376
1.9.	Direitos Fundamentais como Garantias Institucionais.....	379
1.10.	Deveres Fundamentais	379
2.	Estrutura das normas sobre direitos fundamentais: direitos ou valores?	383
3.	Características dos direitos fundamentais	384
4.	Titulares dos direitos fundamentais	388
5.	Vinculação dos Poderes Públicos	390
6.	Limites (Restrições) aos direitos fundamentais e a tese dos limites dos limites	391
7.	Suporte fático dos direitos fundamentais	396

SUMÁRIO

7.1. Elementos do suporte fático	396
7.1.1. Suporte fático, âmbito de proteção e intervenção nas diferentes espécies de normas de direitos fundamentais	397
7.1.2. A crítica de Virgílio Afonso da Silva: o elemento da ausência de fundamentação constitucional	399
7.2. Espécies de suporte fático	400
8. Colisões entre Direitos Fundamentais e a crítica a elas	403
9. Eficácia dos direitos fundamentais nas relações privadas: eficácia horizontal	409
10. Direitos Humanos	418
10.1. Histórico dos Direitos Humanos a partir de uma perspectiva clássica	418
10.2. Etapa de Conversão em Direito Positivo	418
10.3. Etapa de Generalização	419
10.4. Etapa de Internacionalização	420
10.4.1. Sistema Internacional de Proteção aos Direitos Humanos	421
10.5. Universalismo, Relativismo (cultural) e Multiculturalismo	427
10.5.1. Introdução	427
10.5.2. Alcance e aplicabilidade dos direitos humanos: universalismo e relativismo cultural	428
10.5.3. Diferentes correntes do universalismo e do relativismo cultural	430
10.5.4. Críticas à dicotomia entre o universalismo e o relativismo: multiculturalismo	431
10.5.5. Integridade Transnacional dos Direitos Humanos	434
10.5.6. Considerações finais	436
11. Justiça de transição	437
11.1. Introdução	437
11.2. Conceito e Características	439
11.3. Elementos da Justiça de Transição	440
11.3.1. Justiça	440
11.3.2. Verdade e Memória	442
11.3.3. Reparação das vítimas e de suas famílias	444
11.3.4. A Justiça de Transição no Brasil	446
12. Direito dos animais	449
13. Estatuto da Pessoa com Deficiência	455

7

DIREITOS FUNDAMENTAIS INDIVIDUAIS E COLETIVOS NA CONSTITUIÇÃO

DE 1988	463
1. Introdução: a noção de dignidade da pessoa humana como postulado/axioma justificante dos direitos fundamentais	463
2. Vida	469
3. Liberdade	482
3.1. Liberdade de ação	484
3.2. Liberdade de manifestação de pensamento e de expressão	484
3.3. Liberdade de Consciência e Liberdade de crença	515
3.3.1. Liberdade de Consciência	515
3.3.2. Liberdade de crença	517
3.4. Liberdade de locomoção	532

3.5. Liberdade de profissão	533
3.6. Liberdade de reunião.....	534
3.7. Liberdade de associação.....	538
4. Igualdade.....	543
5. Propriedade	565
5.1. Conceito de propriedade.....	565
5.2. Função Social da propriedade.....	567
5.3. Formas de intervenção estatal no direito de propriedade: Servidão, Desapropriação e Requisição	568
5.3.1. Servidão	568
5.3.2. Desapropriação.....	568
5.3.3. Requisição	573
5.4. Proteção constitucional ao bem de família.....	573
6. Direito à Privacidade, Direito à Intimidade e Direito à Imagem	575
7. Quebras de sigilos: de correspondência, comunicação telegráfica e de dados. Interceptação telefônica e gravação clandestina	579
8. A inviolabilidade do domicílio.....	593
9. Direito Adquirido, Ato Jurídico Perfeito e Coisa Julgada	599
10. O direito ao devido processo legal (constitucional) e seus princípios correlatos	614
10.1. Devido Processo Legal, Contraditório, Ampla Defesa, Juiz Natural, Acesso à Justiça e Duração Razoável do Processo.....	614
10.2. Presunção da Inocência e sua análise jurisprudencial.....	626
10.3. Garantias Constitucionais de cunho Penal e Processual Penal à luz da Dignidade da pessoa Humana	660
10.4. Juiz das Garantias e o Pacote anticrime da Lei nº13.964 de 24.12. 2019	677
10.5. Tribunal do Júri na Constituição de 1988 e na legislação infraconstitucional.....	685
11. Provas ilícitas e as provas lícitas derivadas das provas ilícitas	691
12. colaboração premiada e seus reflexos no STF	698
13. Direito Geral de informação, direito de certidão e direito de petição	715
14. Diferença entre o Princípio da legalidade e o Princípio da reserva legal.....	721
15. A questão dos Tratados Internacionais frente a Constituição: A nova exegese dos Tratados Internacionais de direitos humanos	723
16. O Tribunal Penal Internacional e a posição do Brasil frente a ELE.....	726

8

AÇÕES CONSTITUCIONAIS	731
1. Mandado de segurança.....	731
1.1. Conceito.....	731
1.2. Requisitos do Mandado de Segurança	732
1.3. Espécies de Mandados de Segurança	735
1.4. Direito Líquido e Certo	735
1.5. Cabimento.....	737
1.6. Legitimidade do Mandado de Segurança.....	746
1.7. Competência no Mandado de Segurança.....	753
1.8. Procedimento.....	757
1.9. Decisão, Efeitos e Recursos Possíveis.....	765
1.10. Prazo do Mandado de Segurança.....	771

SUMÁRIO

2.	Mandado de Segurança Coletivo	775
2.1.	Conceito.....	775
2.2.	Finalidades.....	776
2.3.	Legitimidade do Mandado de Segurança Coletivo	776
2.4.	Procedimento.....	781
2.5.	Decisão e Seus Efeitos.....	782
3.	Mandado de injunção.....	787
3.1.	Conceito e Antecedentes Históricos.....	787
3.2.	Finalidades.....	788
3.3.	Espécies de Mandado de Injunção.....	788
3.4.	Requisitos.....	789
3.5.	Legitimidade.....	791
3.6.	Competência	793
3.7.	Procedimento.....	794
3.8.	Decisão, recursos viáveis e o relevante debate dos efeitos da decisão concessiva da injunção.....	796
3.9.	Considerações Finais	808
4.	Habeas Data	810
4.1.	Conceito.....	810
4.2.	Cabimento	811
4.3.	Legitimidade	812
4.4.	Competência	814
4.5.	Procedimento.....	815
4.6.	Decisão	816
4.7.	Considerações finais.....	818
5.	Ação Popular	819
5.1.	Antecedentes Históricos	819
5.2.	Conceito.....	820
5.3.	Requisitos da Ação Popular.....	821
5.4.	Legitimidade.....	822
5.5.	Procedimento.....	825
5.6.	Competência	826
5.7.	Decisão na Ação Popular.....	828
5.8.	Considerações finais.....	829
6.	Habeas corpus.....	830
6.1.	Origem do habeas corpus, a doutrina brasileira do <i>habeas corpus</i> e a sua inserção nas Constituições pátrias (breve histórico).....	830
6.2.	Conceito e natureza jurídica do instituto	833
6.3.	Algumas características da ação de <i>habeas corpus</i>	834
6.4.	Espécies de habeas corpus.....	835
6.5.	Cabimento do habeas corpus	837
6.6.	Legitimidade ativa e passiva.....	845
6.7.	Competência	847
6.8.	Procedimento, decisão e recursos cabíveis.....	850
6.9.	Considerações finais.....	852
7.	Reclamação	869
7.1.	Introdução.....	869
7.2.	Conceito e Natureza Jurídica	869

7.3.	Hipóteses de Cabimento	871
7.3.1.	Para preservar a competência do Tribunal	872
7.3.2.	Para garantir a autoridade de decisão do Tribunal.....	873
7.3.3.	Para Garantir a Observância de Súmulas Vinculantes do STF	875
7.3.4.	Para garantir a observância de decisão do STF em controle concentrado de constitucionalidade.....	876
7.3.5.	Para garantir a observância ao precedente proferido em julgamento de resolução de demandas repetitivas e ao precedente proferido em incidente de assunção de competência	877
7.3.6.	Reclamação proposta contra decisão que tenha descumprido tese fixada pelo STF em recurso extraordinário julgado sob o rito da repercussão geral	878
7.4.	Da Legitimidade	880
7.5.	Do Procedimento	883

9

DOS DIREITOS SOCIAIS..... 887

1.	Introdução	887
1.1.	Conceito e desenvolvimento – perspectiva histórica	887
2.	Os Direitos Sociais: características, vinculatividade e delimitação constitucional: Das normas programáticas aos direitos subjetivos prima facie	889
3.	A ideia de um “mínimo existencial”	892
4.	A “cláusula” da reserva do possível como limite de implementação dos direitos sociais... ..	894
5.	Princípio da Proibição (vedação) do Retrocesso	901
6.	Classificação dos Direitos Sociais	903
7.	Direitos Sociais do Trabalhador	905
8.	Direitos Sociais da Seguridade Social	919
8.1.	Direito à Saúde	919
8.2.	Direito à Previdência Social.....	921
8.3.	Direito à Assistência Social	922
9.	Direitos Sociais à Educação e à Cultura.....	922
9.1.	Direito à Educação	922
9.2.	Direito à Cultura.....	924
10.	Direitos relativos à moradia.....	926
11.	Direitos Sociais ao Meio Ambiente Ecologicamente Equilibrado	926
12.	Direitos Sociais da Criança, do Adolescente, do Jovem e do Idoso.....	928

10

DIREITOS DA NACIONALIDADE 931

1.	Conceito de nacionalidade e algumas definições: povo, população, nação e cidadão	931
2.	Natureza jurídica dos direitos de nacionalidade.....	932
3.	Espécies de nacionalidade.....	932
4.	Crítério de aquisição da nacionalidade primária	932
5.	Crítério de aquisição da nacionalidade secundária	933
6.	Análise específica do Brasil.....	933
6.1.	Nacionalidade primária.....	933

SUMÁRIO

6.2. Nacionalidade secundária	936
7. Distinção entre brasileiros natos e naturalizados	942
8. Perda do direito de nacionalidade	944
9. Reflexões sobre a lei de migração (Lei nº 13.445/2017). Extradicação, transferência de execução de pena e de pessoa condenada. Das medidas de retirada compulsória: expulsão, deportação e repatriação. Asilo Político e Refúgio.....	950
9.1. A nova Lei de Migração (Lei nº 13.445/2017).....	950
9.2. Extradicação	954
9.2.1. Conceito de extradicação	954
9.2.2. Espécies de extradicação	954
9.2.3. Procedimento para a extradicação e decisão sobre ela	956
9.2.4. Requisitos para a extradicação.....	960
9.3. Transferência de Execução de Pena e da Pessoa Condenada	978
9.4. Das Medidas de Retirada Compulsória	980
9.4.1. Expulsão.....	981
9.4.2. Deportação	986
9.4.3. Repatriação	988
9.5. Asilo Político e Refúgio.....	988

11

DIREITOS POLÍTICOS	995
1. Conceito.....	995
2. Espécies	995
3. Direito de Sufrágio: núcleo dos Direitos Políticos	1004
3.1. Conceito de Sufrágio	1004
3.2. Espécies de Sufrágio.....	1005
3.3. Digressões sobre o voto.....	1006
4. Sistemas eleitorais.....	1009
5. Direitos políticos positivos	1012
6. Direitos políticos negativos	1019
6.1. Espécies.....	1019
7. Perda ou suspensão dos direitos políticos	1053
8. Princípio da anualidade (ou da anterioridade) da legislação eleitoral	1059
9. Dos partidos políticos.....	1061
9.1. Financiamento de campanha. Acesso ao rádio e à televisão. Debates eleitorais. Fidelidade partidária e extinção do mandato	1072
9.1.1. Financiamento de Campanha	1073
9.1.2. Acesso ao Rádio e à Televisão (Direito de Antena)	1094
9.1.3. Debates Eleitorais	1101
9.1.4. Fidelidade Partidária e a Extinção dos Mandatos	1103
10. Vacância de cargos políticos no sistema majoritário.....	1112

12

ORGANIZAÇÃO DO ESTADO	1117
1. Introdução	1117
2. Espécies ou tipos de formas de Estado	1117

3. Análise específica do Federalismo presente em nossa atual Constituição	1122
4. Técnicas de repartição de competências	1133
5. Análise DA repartição de competências na constituição de 1988	1135
6. Considerações finais sobre a organização do estado: Princípio da Simetria. Regiões Administrativas ou de Desenvolvimento. Bens da União. Bens dos Estados. Homogeneidade Federativa. Análise dos Territórios. Complementações sobre o Distrito Federal. Criação de Novos Estados. Criação de Novos Municípios	1198

13

DA INTERVENÇÃO FEDERAL	1213
1. Princípios que regem a intervenção federal	1213
1.1. Princípio da excepcionalidade	1213
1.2. Princípio da Taxatividade	1214
1.3. Princípio da temporalidade	1214
2. Conceito	1215
3. Procedimentos	1215
4. Intervenção Estadual	1221
5. A recente intervenção Federal no Estado do Rio de Janeiro	1223

14

PODER LEGISLATIVO	1227
1. Funções	1227
1.1. Funções típicas	1227
1.2. Funções atípicas	1228
2. Composição e atribuições	1228
2.1. Comentários sobre o Teto Remuneratório: um histórico recente	1236
3. Funcionamento e Estrutura do Poder Legislativo	1243
3.1. Funcionamento	1243
3.1.1. Legislatura	1243
3.1.2. Sessão legislativa ordinária (sessão legislativa)	1243
3.1.3. Período legislativo	1243
3.1.4. Sessão preparatória	1244
3.1.5. Sessão ordinária	1244
3.1.6. Sessão extraordinária	1246
3.1.7. Sessão legislativa extraordinária	1246
3.1.8. Sobre os Quóruns	1248
3.2. Estrutura das Casas legislativas	1249
3.2.1. Mesas das Casas. O que são as mesas?	1249
3.2.2. Comissões	1252
4. Estatuto dos Congressistas	1264
4.1. Conceito	1264
4.2. Análise	1264
4.3. Imunidade Material	1265
4.4. Imunidade Formal	1272
4.5. Outras Imunidades dos Parlamentares	1307
4.6. Impedimentos e vedações dos Parlamentares. Perda de mandato dos	

Parlamentares e Temas Conexos. Caso do Mensalão (AP nº470)	1311
5. Da Fiscalização contábil, financeira e orçamentária e dos Tribunais de Contas	1332

15

PROCESSO LEGISLATIVO.....	1355
1. Conceito	1355
1.1. Conceito jurídico	1355
1.2. Conceito sociológico	1355
2. Espécies Normativas Primárias	1355
3. Tipos de processo legislativo	1356
3.1. No que diz respeito à organização política	1356
3.2. No que diz respeito ao aspecto técnico jurídico	1356
4. Fases do processo legislativo.....	1358
4.1. Fase introdutória (de iniciativa).....	1358
4.2. Fase constitutiva	1358
4.3. Fase complementar (integração de eficácia)	1358
4.4. Observações sobre a fase de iniciativa ou introdutória	1358
4.4.1. Conceito de iniciativa.....	1358
4.4.2. Espécies de iniciativa	1358
4.4.3. Observações finais sobre a fase de iniciativa	1359
5. Processo Legislativo Ordinário – Lei ordinária.....	1364
6. Processos Legislativos Especiais – Leis Complementares	1376
6.1. Leis Complementares: Conceito	1376
6.2. Procedimento para elaboração de leis complementares	1376
7. Processos Legislativos Especiais – Leis Delegadas	1380
7.1. Leis Delegadas: Conceito	1380
7.2. Procedimentos	1381
8. Medidas Provisórias	1383
8.1. Conceito.....	1383
8.2. Diferenças: Antes e depois da EC nº 32/01 da CR/88	1383
8.3. Procedimentos de tramitação de uma MP.....	1390
8.3.1. Aprovação de uma Medida Provisória sem emendas	1390
8.3.2. Aprovação de uma Medida Provisória com emendas.....	1391
8.4. Observações Finais sobre as medidas provisórias	1397
9. Processo Legislativo Especial das Emendas Constitucionais.....	1405
9.1. Conceito.....	1405
9.2. Procedimento.....	1405
10. Processo Legislativo especial dos Decretos Legislativos e Resoluções.....	1413
10.1. Conceito geral	1413
10.2. Conceito de Decreto Legislativo	1413
10.3. Procedimento do Decreto Legislativo	1413
10.4. Conceito de Resoluções.....	1413
10.5. Procedimento das Resoluções	1414

16

PODER EXECUTIVO	1415
1. Introdução	1415

2.	Funções.....	1415
2.1.	Função típica do Poder Executivo	1415
2.2.	Funções atípicas do Poder Executivo	1416
3.	Sistema de governo: Presidencialismo, Parlamentarismo e Semipresidencialismo.....	1416
3.1.	Conceito.....	1416
3.2.	Principais espécies	1416
4.	Reflexões sobre o Presidencialismo de Coalizão.....	1420
4.1.	Introdução: Heterogeneidade, Dilema Institucional e Presidencialismo de Coalizão ..	1420
4.2.	A Dinâmica do Presidencialismo de Coalizão: Eixo Partidário-Parlamentar, Eixo Regional e Índices de Fracionamento Governamental. As considerações acerca do presidencialismo de coalizão em relação ao atual momento político brasileiro ..	1422
4.3.	Considerações Finais	1427
5.	Estrutura do Poder Executivo	1428
5.1.	Presidente: requisitos para o cargo, modo de investidura e atribuições.....	1429
5.2.	Vice-Presidente: requisitos para o cargo, modo de investidura e atribuições.....	1443
5.3.	Ministros de Estado: requisitos para o cargo, modo de investidura e atribuições.....	1444
5.4.	Conselho da República e Conselho da Defesa	1451
6.	Crimes de Responsabilidade e Crimes Comuns do Presidente da República	1452
6.1.	Crimes de responsabilidade do Presidente da República	1454
6.1.1.	Conceito	1454
6.1.2.	Procedimento	1455
6.1.3.	Crime de responsabilidade do Vice-Presidente da República	1480
6.2.	Crimes Comuns do Presidente da República	1483
6.2.1.	Conceito	1483
6.2.2.	Procedimento	1483
6.3.	Crimes dos Governadores de Estado e dos Prefeitos	1486

17

PODER JUDICIÁRIO	1495	
1.	Funções do Poder Judiciário.....	1495
2.	Órgãos do Poder Judiciário: introdução.....	1496
2.1	Análise do Conselho Nacional de justiça (CNJ).....	1497
3.	Garantias	1517
3.1.	Garantias Institucionais	1518
3.2.	Garantias dos membros	1522
3.2.1.	A vitaliciedade	1522
3.2.2.	Inamovibilidade	1523
3.2.3.	A irredutibilidade dos subsídios	1524
4.	Observações importantes sobre o Poder Judiciário	1526
5.	Estrutura e composição dos órgãos do Poder Judiciário	1532
5.1.	Supremo Tribunal Federal	1533
5.2.	Uma pequena Reflexão Crítica: quis custodiet ipsos custodes?.....	1580
5.3.	Súmulas Vinculantes.....	1587
5.4.	A Teoria dos Precedentes no novo CPC de 2015	1601
5.4.1.	Introdução	1601
5.4.2.	Conceito	1602
5.4.3.	Fundamentos do Respeito aos Precedentes: Segurança Jurídica.....	1605

SUMÁRIO

5.4.4.	Eficácia Jurídica e Efeitos dos Precedentes	1606
5.4.5.	Deveres Gerais dos Tribunais relacionados aos precedentes.....	1614
5.4.6.	A dinâmica da aplicação dos precedentes.....	1618
5.4.7.	Algumas considerações críticas quanto à teoria dos precedentes no novo CPC/2015	1622
5.5.	Superior Tribunal de Justiça	1626
5.6.	Tribunal Superior do Trabalho e a Justiça do Trabalho	1636
5.7.	Tribunal Superior Eleitoral e a Justiça Eleitoral	1643
5.8.	Superior Tribunal Militar e a Justiça Militar	1645
5.9.	Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais e Tribunais de Justiça e Juízes de Direito	1652
5.10.	Considerações Finais sobre o Poder Judiciário	1668
5.10.1.	Justiça de Paz	1668
5.10.2.	Quinto Constitucional	1671
5.10.3.	Juizados Especiais	1674
6.	Precatórios	1676
6.3.	Emenda Constitucional nº 94/2016 e a Emenda Constitucional nº 99/2017.....	1693
6.3.	A questão da incidência dos juros de mora nos precatórios.....	1698
6.5.	A questão da constitucionalidade do art. 86 do ADCT inserido pela Emenda Constitucional nº37/2002	1700

18**FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA 1703**

1.	Ministério Público	1703
2.	Advocacia pública	1740
3.	Advocacia	1749
4.	Defensoria pública	1759

19**DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS 1779**

1.	Introdução: Finalidade das Medidas	1779
2.	Princípios Norteadores	1780
3.	Estado de Defesa	1782
3.1.	Conceito e Hipóteses	1782
3.2.	Hipóteses.....	1782
3.2.1.	Requisitos para a Decretação	1782
3.3.	Procedimento	1783
3.4.	Prazo	1783
3.5.	Abrangência.....	1783
3.6.	Controle	1784
3.7.	Restrições de Direitos.....	1784
4.	Estado de Sítio	1785
4.1.	Conceito.....	1785
4.2.	Hipóteses.....	1785
4.3.	Procedimento.....	1786
4.4.	Prazo	1787

4.5. Abrangência.....	1787
4.6. Controle.....	1787
4.7. Restrições	1788
5. Forças Armadas.....	1789
6. Segurança Pública	1793
6.1. Polícias da União.....	1794
6.2. Polícias dos Estados.....	1795
6.3. Polícias Penais Federal, Estaduais e Distrital.....	1797
6.4. Considerações importantes sobre as Polícias civis e Militares.....	1798
6.5. Polícia do Distrito Federal	1804
6.6. Polícia dos Municípios	1804
6.7. Segurança Viária	1808

20

CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE 1809

1. Conceito.....	1810
2. Espécies (tipos) de inconstitucionalidade	1811
3. Matrizes e Modalidades de Controle de Constitucionalidade	1820
4. Análise do Brasil: Regra geral e exceções (outros controles).....	1826
5. Notas históricas sobre o controle de constitucionalidade judicial	1834
6. Análise específica da Regra Geral	1838
6.1. Controle difuso-concreto no Brasil: Procedimento	1838
6.2. Controle difuso-concreto no Brasil: Efeitos e a análise da tese da mutação constitucional.....	1846
6.3. Algumas observações finais sobre o controle difuso in concreto: Reinterpretação e modificação de decisão proferida em Ação Direta de Inconstitucionalidade, Modulação de efeitos no juízo de não recepção, Quórum no juízo de não recepção, e a Questão do Controle difuso via Ação Civil Pública.....	1864
6.4. Controle Concentrado de Constitucionalidade no Brasil. ADI – Ação Direta de Inconstitucionalidade.....	1867
6.4.1. Conceito	1867
6.4.2. Parâmetro e Objeto da ADI.....	1867
6.4.3. Legitimidade.....	1887
6.4.4. Procedimento da ADI	1891
6.4.5. Julgamento da ADI.....	1901
6.4.6. Algumas observações finais sobre a ADI	1922
6.5. Procedimento da medida cautelar.....	1932
6.6. Procedimento especial (diferenciado) na ADI.....	1934
6.7. ADC – Ação Declaratória de Constitucionalidade.....	1935
6.7.1. Conceito.....	1935
6.7.2. Objeto	1935
6.7.3. Finalidade da ADC	1936
6.7.4. Legitimidade.....	1936
6.7.5. Procedimento	1936
6.7.6. Julgamento da ADC.....	1938
6.7.7. Efeitos da decisão da ADC.....	1938
6.7.8. Observações finais sobre a ADC.....	1939

SUMÁRIO

7.	Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO)	1940
7.1.	Conceito.....	1940
7.2.	Objeto	1941
7.3.	Legitimidade.....	1942
7.4.	Espécies de ADI por omissão (ADO).....	1942
7.5.	Procedimento.....	1943
7.5.1.	Procedimento da ADI por omissão total.....	1943
7.5.2.	Procedimento da ADI por omissão parcial.....	1944
7.6.	Julgamento da ADI por omissão total ou parcial.....	1945
7.6.1.	Efeitos da decisão de uma ADI por omissão (ADO).....	1945
7.7.	Observações finais sobre a ADI por omissão (ADO).....	1950
8.	Ação Direta de Inconstitucionalidade Interventiva (Representação de Inconstitucionalidade Interventiva)	1953
8.1.	Conceito.....	1953
8.2.	Finalidades	1953
8.3.	Objeto	1953
8.4.	Legitimidade ativa.....	1954
8.5.	Procedimento.....	1954
8.6.	Julgamento	1956
8.7.	Efeitos da decisão: provimento de uma ADI interventiva	1956
8.8.	Observações finais sobre a ADI interventiva	1957
9.	Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF)	1958
9.1.	Conceito.....	1958
9.2.	Espécies de ADPF	1959
9.3.	Objeto	1961
9.4.	Legitimidade.....	1963
9.5.	Procedimento.....	1963
9.6.	Julgamento	1969
9.7.	Efeitos da decisão da ADPF	1969
9.8.	Observações finais.....	1971
10.	Controle Concentrado In Abstrato de Constitucionalidade no Âmbito Estadual e do DF.....	1972
11.	Últimas considerações sobre o Controle de Constitucionalidade.....	1984
11.1.	Interpretação conforme a Constituição.....	1984
11.1.1.	Introdução	1984
11.1.2.	Conceito.....	1985
11.1.3.	Efeitos da interpretação conforme a Constituição.....	1986
11.1.4.	Observação final.....	1986
11.2.	Declaração de inconstitucionalidade parcial sem redução de texto.....	1986
11.2.1.	Introdução	1986
11.2.2.	Conceito.....	1987
11.2.3.	Observações finais	1987
11.3.	Declaração de inconstitucionalidade sem pronúncia de nulidade.....	1988
11.4.	Declaração de constitucionalidade de lei “ainda” constitucional.....	1989
11.5.	Sentenças intermediárias: sobretudo as sentenças normativas (ou sentenças manipulativas)	1991
11.5.1.	Conceito.....	1991
12.	As Sentenças Intermediárias no Controle de Constitucionalidade.....	1994
12.1.	Introdução.....	1994

12.2. Sentenças interpretativas.....	1996
12.2.1. A interpretação conforme a Constituição	1997
12.2.2. Declaração de inconstitucionalidade (nulidade) parcial sem redução de texto	1998
12.3. Sentenças aditivas	1999
12.4. Sentenças aditivas de princípios	2001
12.5. Sentenças substitutivas	2001
13. Sentenças Transitivas	2003
13.1. Introdução	2003
13.2. Sentenças de inconstitucionalidade sem efeito ablativo	2006
13.3. Sentença de inconstitucionalidade com ablação diferida	2007
13.4. Sentenças de apelo ou apelativas (declaração de constitucionalidade de norma “ainda” constitucional ou declaração de constitucionalidade provisória ou inconstitucionalidade progressiva)	2007
13.5. Sentenças de aviso	2008
13.6. Conclusão sobre as Sentenças intermediárias.....	2008
14. Estado de coisas inconstitucional	2009
15. Controle de convencionalidade	2018
16. A Teoria dos Diálogos Institucionais (constitucionais) e a superação (reação) legislativa	2022
17. O papel das cortes constitucionais	2032
18. Sobre a Deliberação nos Tribunais (Cortes) Constitucionais	2034
19. Jurisdição constitucional fraca e os novos desenhos institucionais: o novo modelo de constitucionalismo da comunidade britânica	2040

21

DA ORDEM ECONÔMICA E DA ORDEM SOCIAL	2047
1. O Conceito de “Ordem”	2047
2. A Ordem Econômica	2047
2.1. A Ordem Econômica e a Constituição Econômica	2048
2.2. A Ordem Econômica na Constituição brasileira de 1988.....	2049
2.3. Princípios da Ordem Econômica	2056
2.3.1. Função social da propriedade urbana/rural	2057
2.3.2. Livre concorrência	2058
2.3.3. Defesa do consumidor	2061
2.4. A política urbana.....	2062
2.4.1. Desapropriação por descumprimento da função social da propriedade urbana	2064
2.5. A política agrícola e fundiária	2065
2.5.1. Desapropriação para fins de Reforma Agrária	2066
3. A Ordem Social	2067
3.1. A seguridade social.....	2067
3.1.1. Saúde	2068
3.1.2. A Previdência Social e a sua recente reforma pela Emenda Constitucional nº 103/2019.....	2084
3.1.3. Aposentadoria voluntária no regime geral de previdência social	2085
3.1.4. Aposentadoria voluntária no regime próprio de previdência social da união	2090
3.1.5. Outras formas de aposentadoria	2093

SUMÁRIO

3.1.6. Pensão por morte	2096
3.1.7. Considerações finais	2098
3.1.8. Assistência social.....	2100
3.2. A educação, a cultura e o desporto	2103
3.3. A ciência e tecnologia	2118
3.4. A comunicação social.....	2119
3.5. O meio ambiente	2120
3.6. A família, a criança, o adolescente, o jovem e o idoso : As decisões da União Estável Homoafetiva e da Criminalização da Homofobia e Transfobia nos termos da lei 7.716/89.....	2127
3.7. Os Quilombolas.....	2161
3.8. Os índios.....	2165
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	2177
ANEXO	2197
Emenda Constitucional nº 95/2016 – Teto dos Gastos Públicos	2197